

Em foco

Coordenador do programa pelo MEC, Leandro Fialho, afirma que governo federal deseja inserir a modalidade de estudo nas escolas públicas

Congresso de educação debate ensino integral

PAULA SIEPLIN
DA REDAÇÃO

A proposta de manter o aluno mais tempo na unidade escolar foi foco do primeiro dia do 14º Congresso de Educação de Presidente Prudente. Na manhã de ontem, o coordenador do programa de educação integral Mais Educação, do Ministério da Educação (MEC), Leandro Fialho, falou para mais de 600 educadores de Prudente e região sobre os desafios que esbarraram no bom andamento deste projeto. Segundo ele, a proposta do governo federal é tornar o ensino de forma integral nas escolas públicas. Apesar da proposta ser desempenhada por alguns municípios, inclusive em Prudente através do Projeto CidadeEscola, em âmbito federal a iniciativa está em processo de construção.

O evento, promovido pela Secretaria Municipal de Educação (Seduc), segue até o dia 15, no Salão de Festas do Limoeiro, campus II da Universidade do Oeste Paulista

(Unoeste). “Quanto à inclusão da educação integral na rede pública de ensino, temos que evoluir muito nesta questão, principalmente, que estamos tratando de um novo paradigma para a educação no Brasil”, pontua Fialho, durante palestra aos professores.

Outro desafio apontado pelo coordenador do programa do MEC é a dedicação exclusiva do professor nas escolas. “Quando pensamos em escola integral devemos repensar a questão da carga horária dos educadores e nas condições de trabalho”, considera. Dentro deste tema, a infraestrutura das escolas também é outra questão que deve ser discutida pelos municípios que decidirem aderir à proposta.

EMPRUDENTE

“O CidadeEscola tem uma perspectiva de intersectorialidade, que visa não só utilizar os recursos da Seduc, mas de outras pastas municipais e locais públicos disponíveis no município”, comenta a coordenadora pedagógica da Seduc

e coordenadora geral do 14º Congresso de Educação, Jussara Olivetto Miralha. Conforme ela, desde 2010 Prudente aderiu à educação integral em dez escolas.

Miralha explica que os alunos recebem conteúdo normal direcionado ao ensino fundamental, no entanto acrescido com oficinas de música, artes e outras ações. “Apesar de muito recente, notamos que o projeto melhorou expressivamente no aprendizado e no desenvolvimento de uma forma geral dos alunos atendidos pelo CidadeEscola”, reforça.

EVENTO

Além de educadores de Prudente, a organização salienta que profissionais de 29 cidades da região participam do evento. Miralha revela ainda que simultaneamente as palestras, serão realizadas e repetidas em dois períodos – das 8h às 12h e das 13h30 às 17h – oficinas e mini-conferências. “São atividades complementares as palestras que abordarão a prática pedagógica numa

perspectiva ligada ao cotidiano do professor”.

PROGRAMAÇÃO

Para hoje, o tema “Metodologias Inovadoras e Perspectivas Diferenciadas no Trabalho da Educação Integral” será tratado pela professora doutora e ex-superintendente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação (Cenpec), Maria do Carmo Brant. Dentre outros assuntos relacionados, ela deve dar ênfase na questão de intersectorialidade.

Na sexta-feira, o professor doutor da Universidade de São Paulo (USP), Nilson José Machado, abordará a “Articulação das Aprendizagens”, assunto que inclui os trabalhos no ensino fundamental e educação infantil, além da importância de articulação com os desejos e necessidades das crianças. Em todos os dias, das 17h às 19h, haverá ainda no salão principal apresentação de pôsteres sobre trabalhos referentes à temática da educação integral, além de outros temas.



600 educadores participam da 14ª edição do congresso

FELIPE PERETTI
DA REDAÇÃO

O Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) não está satisfeito com o aumento de 42,25% no salário-base de professores, funcionários dos quadros do magistério (diretores, supervisores) e de apoio para os próximos quatro anos sancionado pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB). A decisão foi publicada anteontem no Diário Oficial e é prevista pelas leis complementares 1.143 e 1.144. De acordo com a diretora regional da Apeoesp em Presidente Prudente, Ana Lourdes Kuhn Lopes Pinheiro, o Departamento Jurídico da entidade está analisando os documentos e a luta continua por um reajuste imediato de 36,74% para que o salário recupere o poder de

compra que a classe havia em março de 1998.

“Não concordamos e não aceitamos com a decisão. Quando o governo parcela em quatro anos, não está dando o reajuste real que perdemos há mais de dez anos. Se essa decisão for mesmo adiante, vamos perder do mesmo jeito”, considera Kuhn. “Isso não é aumento, muito menos reposição”, critica a representante de aproximadamente 1 mil professores estaduais em Prudente e mais de 3 mil incluindo outras 11 cidades.

Kuhn mostra otimismo em relação à negociação. “Acreditamos na forças que os professores têm. Além disso, esse governo tem se mostrado aberto a ouvir”, diz. Segundo o Estado, ao todo existem 374 mil profissionais ativos e inativos.

NÍVEIS DE PROGRESSÃO

As novas regras sancionadas

estipulam oito níveis com intervalos de três anos, com aumentos de 10,5% sobre o salário para todos os que atingirem determinadas metas de avaliação a serem estabelecidas. Além dos 42,25% sobre o salário-base – definido inclusive para aposentados e pensionistas –, está prevista também a possibilidade de promoção de até 183,05% dos vencimentos ao longo da carreira.

Tomando como exemplo o atual salário-base de um professor com jornada de 40 horas semanais, que é de R\$ 1.665,05, e que passou para R\$ 1.894,12 (o que corresponde a 13,76% de acréscimo), o total de vencimentos para aqueles que cumprirem todos os oito níveis verticais e horizontais será de R\$ 5.361,20. Essa variação acumulada de 183,05% não considera, porém, adicionais por tempo de serviço nem

os aumentos salariais previstos para os próximos três anos. A Política Salarial e as novas regras de evolução funcional permitirão ao professor da rede estadual chegar ao total de vencimentos de R\$ 6.704,07, sem contar aumentos por tempo de serviço.

No modelo anterior, a promoção salarial pelo mérito era baseada em cinco níveis de promoção em intervalos de quatro anos, com aumentos de 25% sobre o salário, limitados, em cada avaliação, aos 20% dos professores de melhor classificação em uma prova. O sistema também continha cin-

co níveis de progressão acadêmica, com valores crescentes à razão de 5%, na qual a evolução na carreira nos dois eixos proporcionava uma variação total de 143,04%. Mantida essa escala atual de vencimentos, o atual salário-base seria elevado até R\$ 4.047,78 ao longo de toda a carreira do professor, ou seja, uma variação de 143,04%, não computados adicionais de tempo de serviço.

QUADRO DE APOIO

A Lei Complementar 1.144 reformula o Plano de Cargos, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro de

Apoio Escolar da Secretaria de Educação, criado pela Lei 7.698, de 10 de janeiro de 1992. Assim, o salário-base da função de agente de serviços escolares aumentou, desde 1º de junho deste ano, de R\$ 548,13 mensais para R\$ 665 (21,3%), e passará para R\$ 698,25 (5%) em 2012, R\$ 740,15 (6%) em 2013 e, em 2014, R\$ 791,96 (7%). Também está contemplado o acesso a 5.200 novas funções de gerente de organização escolar. Ainda estabelece a criação de faixas de promoção vertical e aumenta de cinco para sete os níveis de progressão horizontal.

Apeoesp é contrária à medida que divide férias

FELIPE PERETTI
DA REDAÇÃO

A presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), Maria Izabel Azevedo Noronha, demonstrou toda a insatisfação da entidade diante da decisão do governo estadual em dividir as férias dos professores estaduais em dois períodos de 15 dias. A medida é disposta pela Resolução SE 44/2011, publicada no dia 8. Por meio do blog do sindicato, Noronha declarou anteontem que o Departamento Jurídico da Apeoesp está buscando medidas para derrubar a decisão, classificada como “autoritária”.

“Não vamos aceitar! O departamento jurídico da Apeoesp já está estudando que medidas podem ser tomadas contra mais essa decisão autoritária da SEE [Secretaria de Estado da Educação] e vamos lutar por todos os meios pela sua revogação”, declara.

“Só faltava essa! Os professores necessitam de um período ininterrupto de 30 dias de férias, suficientes para que possam estar com suas famílias e para se recomponem das extenuantes jornadas de trabalho, muitas vezes em mais de uma escola”, critica a presidente.

A decisão está prevista no artigo 5º da resolução, que determina que as férias devem ser



Kuhn: “Queremos os 30 dias”

gozadas de 1º a 15 de janeiro e de 1º a 15 de julho. “Nós queremos os 30 dias principalmente em janeiro, período que podemos repor as energias para iniciar o ano letivo”, aponta a diretora regional de Prudente, Ana Lourdes Kuhn Lopes Pinheiro.

“Na resolução, o governo cita supostas ‘reivindicações de representantes dos profissionais da educação por ocasião de visitas realizadas pelo secretário [Herman Jacobus Cornelis Voorwald] aos pólos regionais’. Que ‘profissionais’ são esses?”, questiona Noronha. “Por que, em nenhuma das reuniões e encontros com a Apeoesp, legítima representante dos professores, a intenção de adotar tal medida foi sequer citada?”, finaliza.

ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DE PROTEÇÃO DOS CEGOS DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP

CARNE SECA NA MORANGA

VALOR R\$ 70,00
Convite p/ 2 pessoas

Dia: 15/07/2011 às 21hs.

Bebida Inclusa
Criança não paga

Local: ACAE

“É com imenso prazer que venho à público externar meus sinceros AGRADECIMENTOS à Câmara Municipal de Pres. Prudente e em especial a autora do requerimento, vereadora Kátia Guimarães e aos demais vereadores desta Casa de Leis, que me honraram com as congratulações para a TREINARE pelo “EXCELENTE PADRÃO DE QUALIDADE DE ATENDIMENTO OFERECIDO AOS CLIENTES E AMIGOS”.

Câmara Municipal de Presidente Prudente

REQUERIMENTO Nº 7992/15
Sessão Ordinária de: 20/06/2011.
Autora: Vereadora KÁTIA GUIMARO

REQUEIRO À MESA, ouvido o douto Plenário, nos termos regimentais, sejam consignados na Ata dos Trabalhos da presente Sessão Ordinária, votos de congratulações com a empresa TREINARE-Consultoria e Treinamento, através de sua diretora Senhora Elizabeth Algazal, Consultora Empresarial, pelo excelente padrão de qualidade no atendimento oferecido aos clientes e amigos que procuram pelos serviços desta empresa.

Requeiro ainda que, da aprovação deste, seja oficiado a Senhora ELIZABETE ALGAZAL – Rua Cezariano S.Silva, 141 – Res.Dahma II - CEP 19000-000 - Presidente Prudente/SP, apresentando os cumprimentos do Legislativo Prudentino.

Plenário “Dr. Francisco Lopes Gonçalves Correia”, em 15 de Junho de 2011.

KÁTIA GUIMARO
Vereadora – autora

ALBA LUCENA
ALCIDES SERIBELI
NICO/RENA
PROF. CIDINHO LOURDES
CLÓVIS DE LIMA
FRANCISCO LOPES DE TOLEDO – (Cidade da Maçã do Amor)

IZAQUE SILVA
KÁTIA GUIMARO
CÍDIO MENDONÇA
NATANAEL GONZAGA
BOSQUET
REGINALDO HENES
DOUGLAS KATO

RECEBIDO em 20 de 06 de 2011
MAURO ALVES DOS SANTOS
Diretor Geral

APROVADO
Sessão de 20 de 06 de 2011

Av. Cel. José Soares Marcondes, 1200 - Centro - CEP 19010-081 - Fone: (18) 2104-4300 - Presidente Prudente - SP
www.camarapresidente.sp.gov.br

O meu muito obrigada!

ELIZABETE ALGAZAL
Consultora empresarial

Treinare
CONSULTORIA E TREINAMENTO

(18) 3908-7278 e 9749-9791 / www.elizabetealgazal.com.br / cortato@elizabetealgazal.com.br